PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | ABR / MAI 2018

Jornal da Apesp

APESP 70

ENTREVISTA

Juan Carpenter, Procurador Geral do Estado:

Da esq. para a dir.: Telmo Lemos Filho, Presidente da ANAPE; Juan Francisco Carpenter, Procurador Geral do Estado de São Paulo; e Marcos Nusdeo, Presidente da APESP.

"Passado esse momento inicial de reforçar os laços de diálogo e confiança, é preciso agora enfrentar os problemas mais agudos e urgentes que afligem a PGE"

Para enfrentar a grave crise da PGE-SP, APESP e novo Procurador Geral mantêm diálogo aberto e constante

Desde abril deste ano a PGE tem um novo Procurador Geral do Estado, o Dr. Juan Francisco Carpenter, colega antigo na Instituição, extremamente preparado e profundo conhecedor de nosso trabalho. Desde seu primeiro pronunciamento, feito no Conselho da PGE, em 13 de abril, o novo PGE tem proposto a união dos colegas com vistas a resolver os graves problemas que afetam a carreira. Isso é de suma importância, pois os Procuradores muito esperam do novo PGE e de seu Gabinete.

Como temos ressaltado, a PGE passa por uma grave crise. Se no início de 2016, tínhamos cerca de duzentos e noventa cargos vagos, atingimos, em maio deste ano, a inacreditável marca de mais de quatrocentos cargos vagos. E o serviço dos Procuradores não para de aumentar. Tendo em vista que os novos Procuradores somente ingressarão em 2019, são necessárias diversas medidas administrativas de racionalização do trabalho e redução de litigiosidade para atenuar a imensa sobrecarga vivenciada pela carreira, bem como, medidas remuneratórias que possam, de alguma forma, compensar esse quadro de excesso de trabalho.

Nesse sentido, desde a posse do novo PGE, a APESP já realizou ao menos quatro reuniões com ele, levando uma série de sugestões. Com relação à redução de litigiosidade, propusemos: i) efetiva implementação da Câmara de Integração e Orientação Técnica e promoção da integração e articulação entre as Áreas do Contencioso e da Consultoria Geral para efeito de atuação conjunta e harmônica (Art. 8º, §2º, 3 c/c art. 53 da LOPGE); ii) alteração da lógica de interposição de recursos para os tribunais superiores, com liberdade para o Procurador não recorrer, devendo este justificar eventual interposição de recursos extremos (medida já implementada); iii) estudos para ampliação do uso pela Fazenda do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nos casos de efetiva repetição de processos que contenham controvérsias sobre questão de direito; iv) adoção da execução invertida, pela qual a PGE-SP, em casos de condenação do Estado, já apresentaria a memória de cálculo, evitando assim novos honorários advocatícios e pondo fim ao processo; v) ampliação do uso de dispensa de recursos em assuntos pacificados pelo

Poder Judiciário e, nesses casos, imediata instauração de procedimento administrativo para alteração da postura administrativa. Propusemos medidas relativas à estrutura e condições de trabalho, tais como: i) melhoria e reparos na estrutura física das unidades; ii) renovação do parque tecnológico à disposição dos Procuradores; iii) integração do sistema PGE Net com os demais sistemas de informática utilizados pela Justiça do Trabalho e Justiça Federal; iv) integração do sistema PGE Net com o sistema SAJ Precatórios; v) criação de carreira de apoio; vi) estudos conjuntos GPGE/APESP com vistas à desterritorialização das atribuições do contencioso, com manutenção de atribuições específicas das Unidades do interior; vii) estudos para a interiorização das Consultorias Jurídicas; viii) defesa da intimação pessoal como prerrogativa do Procurador do Estado; ix) regulamentação do Home Office, nos termos da minuta aprovada pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado; x) ampliação do quadro de estagiários; xi) disponibilização de viaturas em número suficiente para as audiências no interior. Já com relação às medidas remuneratórias, propusemos: i) trabalho conjunto com vistas à aprovação do PLC 31/2017, com a Emenda nº 01, de autoria do Dep. Fernando Capez, apresentada a pedido da APESP; ii) estudos para implementação do "Teto 100%"; iii) redistribuição de quotas da verba honorária para que a remuneração dos níveis iniciais da carreira se aproxime dos valores recebidos pelos níveis correspondentes das carreiras paradigmas (a proposta apresentada reproduz a divulgada no APESP em MOVIMENTO n. 118); iv) encaminhamento à ALESP de projeto de lei instituindo auxílio-saúde em favor dos Procuradores em atividade e aposentados, nos mesmos moldes das propostas legislativas em trâmite que preveem a concessão desse benefício aos magistrados e promotores; v) reconhecimento GAE como verba de natureza indenizatória; vi) incidência da GAE para o caso de substituição decorrente de cargos vagos; vii) extensão aos Procuradores do Estado de São Paulo da possibilidade de receber indenização pelos dias de licença-prêmio não gozados quando da aposentadoria; viii) implementação do vale refeição; ix) revalorização das diárias.

A APESP endossa a necessidade de união da carreira e se coloca à disposição do novo Gabinete para a busca das soluções propostas.

Marcos Nusdeo

PRESIDENTE DA APESP

Em coquetel promovido pela APESP, carreira homenageia novo Procurador Geral do Estado!

Na noite de 4 de maio, a APESP reuniu seus associados para homenagear o novo Procurador Geral do Estado, Juan Francisco Carpenter, em um animado e agradável coquetel. "Estamos comemorando a nomeação e a posse do nosso novo Procurador Geral do Estado. Nossa carreira compõe as funções essenciais à Justiça e a nossa missão, constitucionalmente prevista, é representar o Estado de São Paulo judicial e extrajudicialmente e prestar a consultoria para a administração. Dessa forma, temos que celebrar quando um novo Procurador Geral assume o cargo. Saúdo um amigo de longa data e um brilhante Procurador do Estado, que com certeza desempenhará muito bem a missão a ele atribuída. Dr. Juan, seja muito bem-vindo e tenha uma excelente gestão. Conte sempre com nossa Associação e com os amigos e amigas aqui presentes", destacou Marcos Nusdeo, Presidente da APESP.

"Registro a alegria que tenho de vir a São Paulo e poder acompanhar esse momento proporcionado pela APESP, quando vemos no semblante de todos um momento de alegria e fé na consolidação da Advocacia Pública estadual (...). Desejo ao Dr. Juan toda a felicidade na condução de uma carreira com bri-

Novo Procurador Geral, Juan Carpenter, cumprimenta o Presidente da APESP, Marcos Nusdeo. Presidente da ANAPE, Telmo Lemos Filho, também participou da solenidade.

lhantes Procuradores, que são reconhecidos em todo o Brasil. Que estejamos juntos para construir a PGE-SP que nós queremos", frisou Telmo Lemos Filho, Presidente da ANAPE.

O novo Procurador Geral agradeceu à APESP, na pessoa do Presidente Nusdeo; ao Governador Márcio França pelo convite feito; aos seus amigos da Secretaria de Governo, mencionando o Secretário Saulo de Castro Abreu Filho e o Secretário Adjunto Moacir Rossetti; e aos seus amigos da antiga AJG. Segundo o Dr. Juan Carpenter é uma responsabilidade superlativa assumir o cargo, sendo necessária a união entre todos. "Como imigrante no Brasil, conheci um país generoso e de muita tolerância. Acho que alguma coisa mudou nos últimos 5 anos, refletindo dentro da nossa Instituição. (...) A PGE-SP tem uma qualidade de capital humano enorme, mas precisamos aprender a trabalhar juntos. Precisamos recriar as nossas relações de confiança. Precisamos fazer o esforço de compreender o outro e ouvir os argumentos da pessoa que diverge. É um esforço de compreensão e de entendimento que todos precisamos fazer. Eu estou otimista. Eu acho que as coisas vão melhorar no País. Eu acho que as coisas vão melhorar na PGE-SP. Muito obrigado pela presença de todos e viva a Procuradoria!", discursou.

Destaca-se também a presença no coquetel do Presidente da OAB-SP, Marcos da Costa; do Presidente da ANPM, Carlos Figueiredo Mourão; do Presidente do Sindiproesp, Derly Barreto; e do Secretário Estadual Adjunto de Governo, Moacir Rossetti.

Presidente da OAB-SP, Marcos da Costa (1º da esquerda), prestigia coquetel em homenagem ao novo Procurador Geral.

Associados da APESP reúnem-se para homenagear o novo Procurador Geral do Estado, Juan Francisco Carpenter.

Juan Carpenter: "Passado esse momento inicial de reforçar os laços de diálogo e confiança, é preciso agora enfrentar os problemas mais agudos e urgentes que afligem a PGE"

No último dia 10 de abril, o Governador Márcio França nomeou o Dr. Juan Francisco Carpenter como o novo Procurador Geral do Estado de São Paulo. Com ingresso na PGE em 1990, atuou nas Procuradorias Fiscal e Administrativa. Entre 2002 e 2006, ocupou o cargo de Procurador do Estado Assessor junto à Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral. Em 2007, passou a atuar na Assessoria Jurídica do Governo, órgão que chefiou entre 2011 e 2015. Desde 2015, ocupava o cargo de subsecretário de Ações Estratégicas junto à Secretaria de Governo. Com um apelo ao diálogo e à união, Juan Carpenter detalha nesta entrevista suas propostas e conceitos sobre a PGE-SP.

Jornal da APESP- Em um contexto de aumento exponencial da litigiosidade e do processo eletrônico, quais são, em sua avaliação, os principais desafios da PGE-SP?

Dr. Juan Carpenter - Os desafios são muitos. Logo nos primeiros dias me dediquei ao cuidado com as nossas relações internas. A carreira passou por momentos de turbulência, em especial entre 2012 e 2015. Passado esse momento inicial de reforçar os laços de diálogo e confiança, é preciso agora enfrentar os problemas mais agudos e urgentes que afligem a PGE: carência estrutural, escassez de recursos humanos e questão remuneratória.

Jornal da APESP- Para o ano de 2018 não estão previstas a nomeação de novos Procuradores ou a criação da carreira de apoio. Neste sentido, quais medidas a PGE-SP adotará em curto prazo em prol da redução da litigiosidade e da racionalização do trabalho?

Dr. Juan Carpenter - A primeira medida adotada, ainda em prazo de *vacatio legis*, foi a Resolução PGE 14/2018, que dispõe sobre a interposição de recursos aos tribunais superiores. A regra passou a ser não recorrer, salvo nos casos de acompanhamento especial e nas hipóteses expressamente reguladas por portaria que será editada pelas Subprocuradorias Gerais. Ainda, pedimos o levantamento de teses perdidas e a jurimetria no contencioso de massa buscando a melhoria da área. Além disso, estão em planejamento a reestruturação dos núcleos e a criação de estruturas de apoio aos Procuradores. No mesmo sentido, também com o objetivo de reduzir a litigiosidade, está sendo estruturada a melhor integração entre o Contencioso e a Consultoria.

Jornal da APESP- Com o atraso do concurso de ingresso, todas as Unidades da PGE-SP estão com um quadro de Procuradores defasado. O novo GPGE já tem uma avaliação de quais setores da Procuradoria deverão ser priorizados quando da distribuição de novas vagas?

Dr. Juan Carpenter - Todos os setores da PGE sofrem com a falta de Procuradores. Mais importante do que simplesmente repor as carências é repensar nossa forma de atuação, especialmente no contencioso, para que os recursos materiais e humanos sejam mais racionalmente aproveitados. A revisão dos fluxos de trabalho deve preceder o estabelecimento dos critérios de distribuição de vagas.

Jornal da APESP- Apesar da economia estar em uma fase de recuperação, os investimentos do Governo de São Paulo ainda não retomaram o seu ritmo normal. Por outro lado, a PGE-SP vivencia uma defasagem estrutural (condições prediais, equipamentos de informática, viaturas etc) que precisa ser equacionada com urgência. Como o GPGE pretende conciliar esses dois fatores para conseguir dar aos Procuradores condições adequadas ao desempenho de suas funções?

"Todos os setores da PGE sofrem com a falta de Procuradores. Mais importante do que simplesmente repor as carências é repensar nossa forma de atuação, especialmente no contencioso, para que os recursos materiais e humanos sejam mais racionalmente aproveitados."

Dr. Juan Carpenter - Além da revisão dos procedimentos e fluxos de trabalho, objetivando melhor eficiência, buscaremos novas formas de enfrentamento das carências estruturais como a contratação de mão de obra terceirizada e o apoio de outros órgãos da administração, sem prejuízo da busca de recursos junto ao governo.

Jornal da APESP - A falta de carreira de apoio tem onerado muito os Procuradores, que muitas vezes pre-

cisam exercer atividades burocráticas e administrativas em detrimento à sua atividade-fim. O GPGE tem o compromisso de buscar o envio da proposta à ALESP, sua aprovação e a realização de um concurso de forma célere?

Dr. Juan Carpenter - Sim. A intenção é o encaminhamento do projeto de carreira de apoio à ALESP o quanto antes.

Jornal da APESP - Com as recentes medidas de racionalização tomadas na área da Consultoria, o trabalho de assessoramento aos gestores públicos foi fomentado nas CJs. Qual a importância e reflexos dessa mudança de paradigma de atuação para o Contencioso da Procuradoria?

Dr. Juan Carpenter - Quanto melhor for nossa atuação no assessoramento da Administração e quanto maior for a integração da Consultoria com o Contencioso, menor será a necessidade de judicialização dos temas afetos ao Estado.

Jornal da APESP - Nos últimos anos, sempre que ocorreu um destravamento do teto do STF, a PGE-SP conseguiu manter a paridade remuneratória com as demais carreiras jurídicas. Caso haja uma majoração dos subsídios dos Ministro do STF, há um compromisso do atual Governo de repasse deste índice aos Procuradores – inclusive, para os colegas que não estão no teto constitucional?

Dr. Juan Carpenter - Essa tem sido a estratégia remuneratória básica da PGE. Trabalharemos para mantê-la, sem prejuízo de outros caminhos que garantam aos Procuradores uma remuneração compatível com a relevância da atuação.

Jornal da APESP - A carreira pode contar com seu empenho na aprovação do PLC 31/2017, no que tange à mudança da base de cálculo da GAE e à promoção automática, sem a alteração da composição do Conselho da PGE-SP?

Dr. Juan Carpenter - Sim. Estamos trabalhando com afinco nesse sentido.

Jornal da APESP - Qual a posição do atual GPGE sobre a possibilidade da advocacia plena para os Procuradores do Estado de São Paulo?

Dr. Juan Carpenter - O GPGE é formado por pessoas com entendimentos diversos sobre o tema. Há bons e fortes argumentos nos dois lados desse debate. Pessoalmente, ainda não estou convencido de que este seja o melhor momento de retornarmos para o regime da advocacia plena na PGE-SP. Estou, porém, atento a esse relevante e estrutural assunto e ao processo por que passam os demais órgãos de advocacia pública nos três níveis da federação. Considero importante o amplo debate e o posicionamento aberto de todos os colegas.

Jornal da APESP - Na primeira manifestação pública após a sua posse (sessão do Conselho de 13/4), você asseverou que o grande patrimônio da Procuradoria é a sua imagem e reputação. Como o atual GPGE pretende dar visibilidade às vitórias e resultados advindos do trabalho dos Procuradores do Estado nas diversas áreas?

Dr. Juan Carpenter - A imagem da Procuradoria é fruto de construção coletiva e não da atuação isolada do Procurador Geral ou de qualquer membro da instituição. Nossa reputação se fortalece em cada defesa bem elaborada nos processos judiciais, em cada audiência ou sustentação oral que fazemos, nos pareceres que dão segurança ao administrador público, nos telefonemas que atendemos dando apoio aos agentes públicos, na nossa performance em reuniões, nos contatos com os órgãos do governo etc. Essa é a melhor forma de dar visibilidade à nossa atuação, sem prejuízo, claro, do necessário aprimoramento da nossa comunicação interna e externa e do fomento à atuação da nossa assessoria de imprensa.

Diálogo e trabalho em conjunto: Procurador Geral, Juan Carpenter, recebe a Diretoria da APESP na sede da Pamplona no último dia 23 de abril.

Conheça os novos membros do Gabinete da PGE-SP!

A nova equipe do Gabinete do Procurador Geral Juan Francisco Carpenter, formada nos dois últimos meses, ficou assim composta: Caio Guzzardi, Procurador Geral do Estado Adjunto; Vinicius Teles Sanches, Procurador Chefe de Gabinete; Ana Lúcia Corrêa Freire Pires de Oliveira Dias, Subprocuradora do Contencioso Tributário Fiscal; Cristina Margarete Wagner Mastrobuono, Subprocuradora da Consultoria; Frederico José Fernandes Athayde, Subprocurador do Contencioso Geral; e Anna Candida Alves Pinto Serrano, Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos – que foi indicada pelo Procurador Geral e referendada pelo Conselho da PGE-SP em 26 de abril. Conheça os currículos:

► **Cristina Margarete Wagner Mastrobuono – Subprocuradora da Consultoria:**
Formada em Direito na USP, em 1985, ingressou na PGE em 1993, tendo já atuado na Procuradoria Fiscal (1993/2003), como Procuradora assistente na Subprocuradoria Geral da Área do Contencioso (2003/2005), como Procuradora assessora do Procurador Geral do Estado (2006), na Procuradoria Judicial – PJ/2 (2007) e, a partir de janeiro de 2008, na Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda. De 2011 a setembro de 2015, respondeu pela Coordenadoria de Empresas e Fundações, junto ao GPGE. Foi conselheira eleita do Conselho da PGE-SP nos biênios 2001/2002 e 2009/2010. É Subprocuradora da Consultoria desde setembro de 2015 – cargo para o qual foi convidada a continuar exercendo pelo novo Procurador Geral.

- **Frederico José Fernandes Athayde – Subprocurador do Contencioso Geral:**
  Ingressou na PGE-SP em 2007, sendo classificado na Procuradoria Regional da Grande São Paulo (PR-1). Em 2010, passou a atuar na Procuradoria Judicial. Desde fevereiro de 2018, exerceu o cargo de Corregedor Auxiliar até ser nomeado como Subprocurador Geral do Contencioso Geral. Antes de ingressar na PGE-SP, atuou como Advogado concursado do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A, na área de licitações e contratos.

- **Ana Lúcia Corrêa Freire Pires de Oliveira Dias – Subprocuradora do Contencioso Tributário Fiscal:**
  Ingressou na PGE-SP em 1993, quando foi classificada na Procuradoria Fiscal. Foi assistente da Chefe da Procuradoria Fiscal (entre 2011 e 2015) e Subprocuradora Geral Adjunta do Contencioso Tributário Fiscal (entre 2015 e 2018 - cargo que exerceu até a presente nomeação como Subprocuradora da Área). Graduou-se em Direito pela USP e concluiu Mestrado pela PUC/SP, sob orientação de Paulo de Barros Carvalho.

Novos membros do Gabinete da PGE-SP: na foto maior, da esq. para a dir.: Frederico José Fernandes Athayde, Subprocurador do Contencioso Geral; Ana Lúcia Corrêa Freire Pires de Oliveira Dias, Subprocuradora do Contencioso Tributário Fiscal; Caio Guzzardi, Procurador Geral do Estado Adjunto; Anna Candida Alves Pinto Serrano, Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos.

- **Anna Candida Alves Pinto Serrano – Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos:**
  Ingressou na PGE em 1991, na Procuradoria Judicial. Foi Procuradora do Estado Assistente na Procuradoria Administrativa (1995-1998/2000-2001) e no Centro de Estudos (2007-2008). Está classificada na área da Consultoria desde 2009, atuando nas CJs das Secretarias da Justiça, Direitos da Pessoa com Deficiência e Segurança Pública, assim como na CJ da Autarquia DETRAN. Na APESP, foi Diretora de Previdência de Convênios (biênio 2012/2013) e Secretária Geral (biênio 2014/2015). Integra a Comissão da Advocacia Pública da OAB/SP e foi Conselheira eleita do Conselho da PGE (biênio 2017/2018) até ser nomeada para a chefia do Centro de Estudos em maio de 2018. Graduou-se em Direito em 1989 pela PUC/SP e é especialista em Direito do Estado pela Escola Superior da PGE/SP.

- **Caio Cesar Guzzardi Da Silva – Procurador Geral do Estado Adjunto:**
  Ingressou na PGE-SP em 2006, atuando na PAJ até 2007. Nesse ano, foi classificado na então PPI (atual PCAI), onde atuou na banca imobiliária e ambiental. Exerceu a chefia do Contencioso Ambiental por três anos até ser nomeado como PGE adjunto. Foi Presidente da APESP (biênio 2014/2015) e Diretor de Prerrogativas (biênio 2013/2014). É membro efetivo da Comissão Nacional de Advocacia Pública do Conselho Federal da OAB e da Comissão de Prerrogativas da OAB/SP. Integrou a Comissão Editorial do Centro de Estudos da PGE/SP (2008/2010). Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP e professor de graduação e pós-graduação em Direito.

- **Vinicius Teles Sanches – Procurador do Estado Chefe de Gabinete:**
  Ingressou na PGE-SP em 2010. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo. Atuou na 1ª Subprocuradoria da Procuradoria Judicial, na Coordenadoria de Empresas e Fundações e foi coordenador da Assessoria de Empresas e Fundações do GPGE. Integra a Comissão do 22º Concurso de Ingresso na Carreira de Procurador do Estado (Direito do Trabalho e Processual do Trabalho).

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

"O balanço demonstra que tivemos um superavit de R$ 182.741,63 no ano passado, valor esse bastante significativo."

Fabrizio Pieroni - Diretor Financeiro da APESP

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO | EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM REAIS)
ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | CNPJ 62.654.124/0001-48

	2017	2016
MENSALIDADES ASSOCIATIVAS	3.196.352,48	3.250.126,43
CONTRIBUIÇÕES DA ATIVIDADE SOCIAL	1.103.714,40	1.127.180,20
ARRECADAÇÕES PATRIMONIAIS	472.394,92	626.776,88
(-) DEVOLUÇÃO ALUGUEL IMÓVEIS	(7.250,00)	
(=) RECEITA LÍQUIDA	4.765.211,80	5.004.083,51
(+/-) DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.041.867,39)	(2.157.793,23)
DESPESAS FINANCEIRAS	(17.452,81)	(12.028,05)
DESPESAS GERAIS	(2.489.545,94)	(2.687.651,71)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(142.510,50)	(118.634,96)
RECEITAS FINANCEIRAS	90.208,25	122.348,17
(+/-) TOTAL DE DESPESAS /RECEITAS OPERACIONAIS	(4.601.168,39)	(4.853.759,78)
(=) SUPERÁVIT OPERACIONAL	164.043,41	150.323,73
OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	18.698,22	45.662,45
(-) OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		
(=) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	182.741,63	195.986,18

ATIV ATIVIDADES CONTÁBEIS LTDA
MARCELINO SEBASTIÃO LEITE DA COSTA
CONTADOR | CT CRC 1 SP 171228/O-9

APESP - ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SP
DR.FABRIZIO DE LIMA PIERONI
DIRETOR FINANCEIRO

APESP

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA GESTÃO 2018|2019

PRESIDENTE
Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo

VICE-PRESIDENTE
Marcos Mordini

SECRETÁRIA-GERAL
Monica Maria Russo Zingaro Ferreira Lima

DIRETOR FINANCEIRO
Fabrizio de Lima Pieroni

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL
Cintia Oréfice

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIOS
Marina Mariani de Macedo

DIRETOR DE ESPORTES E PATRIMÔNIO
Silvio Romero Pinto Rodrigues Jr.

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO
José Luiz Souza de Moraes

DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS
Thaís Carvalho de Souza

DIRETORA DO INTERIOR E DEMAIS UNIDADES FORA DA CAPITAL
Clara Angelica do Carmo Lima

DIRETOR DE PRERROGATIVAS
Felipe Gonçalves Fernandes

CONSELHO ASSESSOR
Carlos José Teixeira de Toledo
Mara Christina Faiwichow Estefam
Marcelo José Magalhães Bonizzi
Maria Regina Fava Focaccia
Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Patricia Ulson Pizarro

CONSELHO FISCAL
Olga Luzia Codorniz de Azeredo

Paulo David Cordioli

Paulo Sérgio Garcez G. Novaes

PRODUÇÃO

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
José Luiz Souza de Moraes

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS
Cristiano Tsonis
(jornalista responsável – MTB 30.748)
C Tsonis Produção Editorial ME

FOTOS
Acervo APESP/ Ricardo Lucas

TIRAGEM
1700 exemplares

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO EM 30/05/2018